

## O FIASCO DA TV PÚBLICA

POR NATÁLIA PORTINARI

A Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) nasceu em outubro de 2007, durante o segundo mandato do governo Lula, com a proposta de ser a BBC brasileira: uma emissora de comunicação pública, que não se pauta por interesses comerciais e almeja ser algo além de mera porta-voz do governo federal. Hierarquicamente, foi criada abaixo da Secretaria de Comunicação (Secom) da Presidência da República, cujo chefe na época, Franklin Martins, tinha interesse estratégico em criar um concorrente à grande mídia, vista como hostil aos petistas.

Mais de uma década depois, a estatal consumiu R\$ 6,37 bilhões dos cofres públicos em valores correntes, segundo levantamento exclusivo de ÉPOCA com base em dados do Ministério do Planejamento. Mesmo com esse aporte, a EBC está sufocada com gastos fixos com pessoal e custeio de seus prédios, sem margem para investimentos. Soma-se a isso uma inexplicada explosão de atestados médicos de funcionários, que somaram 3.061 de janeiro a julho deste ano, sendo que o quadro de servidores é composto de 2.307 pessoas.

Dos presidenciais, Geraldo Alckmin (PSDB) se pronunciou favoravelmente ao fechamento da



empresa, embora tenha mantido a TV Cultura, emissora pública paulista. A mesma ideia volta a ser ventilada dentro do governo federal como solução para a estatal, numa retomada de um plano que chegou a ser discutido no Palácio do Planalto quando Michel Temer assumiu o lugar de Dilma Rousseff após o impeachment. Na ocasião, o principal objetivo era acabar com a TV Brasil, que, pela baixa audiência, ficou conhecida como “TV Traço”.

Na TV Brasil e na Agência Brasil, emissora e agência de notícias vinculadas à estatal, o clima é de conflagração ideológica. Jornalistas afirmam que seus chefes censuram matérias críticas ao governo Temer e perseguem quem não segue uma linha editorial governista, praticando assédio moral. Por outro lado,

gestores, sem se identificar, dizem que os repórteres “se comportam como se estivessem vivendo a última fase da revolução cultural de Mao” e se recusam a cobrir fatos negativos ao ex-presidente Lula.

Grande parte da situação atual se explica pelo fato de a EBC ter nascido, nas palavras do ex-presidente Nelson Breve, “sobre os escombros de outras instituições” — especificamente, a Radiobrás e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), que geria a TVE Brasil — e pela relação mal resolvida tanto com o governo petista quanto com o emedebista. Apesar do discurso de que seria uma empresa de comunicação pública, e não estatal, a EBC assumiu desde o princípio a produção da Voz do Brasil e da TV





NBR, canais institucionais do governo, e manteve uma relação afinada com o Executivo.

A jornalista Tereza Cruvinel, ex-colunista de política do jornal O Globo, foi sua primeira presidente e criticou a “dualidade de tarefas” de comunicação pública e governamental que a empresa teve de encampar. “É prejudicial à percepção que se tem da EBC. Espero que, no futuro, esses serviços sejam separados”, disse a ÉPOCA. Para manter a isenção, havia duas ferramentas, segundo ela. A primeira era um mandato de quatro anos do diretor-presidente, garantindo que o nome não fosse trocado quando viesse ao Executivo. A segunda era um conselho curador que definiria as linhas editoriais dos veículos e teria poder de destituir o chefe da estatal se ele se dedicasse mais à propaganda política do que ao serviço público.

O primeiro conselho, porém, foi escolhido pelo próprio governo e incluía ministros de diversas pastas, como Gilberto Gil (Cultura), Fernando Haddad (Educação) e Franklin Martins (Comunicação Social), o último um dos principais idealizadores do projeto da empresa. Havia também nomes ligados à iniciativa privada, como José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni), ex-diretor da TV Globo, e o então professor de Direito Luiz Edson Fachin, depois nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A lei que criou a empresa previa que os nomes posteriores seriam escolhidos por meio de consulta pública. Na prática, contudo, as indicações criaram um



Espaço onde ficam escritórios e estúdios de produção da Empresa Brasil de Comunicação é alugado - Ailton de Freitas / Agência O Globo

feudo do Ministério da Cultura (MinC) e da Secom na empresa, sendo que os diretores e funcionários ligados ao MinC acabaram saindo gradualmente nos dois primeiros anos após a criação da EBC. Alguns pediram demissão. Outros, como Leopoldo Nunes, ex-diretor de programação, foram demitidos.

Com a influência da Secom sedimentada, a TV Brasil logo foi apelidada de “TV do Lula” pela oposição, embora Cruvinel negue que tenha havido apadrinhamento político na emissora. “Os cargos comissionados sempre foram indicados pela diretoria com base em quem fosse um profissional adequado para a área, seja jornalismo ou audiovisual”, afirmou. “Não estou dizendo que todo mundo no governo Lula compreendia a EBC. Havia gente que não compreendia, e tínhamos de explicar que era uma empresa pública, não do governo.” Para Cruvinel, a oposição nunca

provou que o órgão era aparelhado ou chapa-branca. “Agora (na gestão Temer) é que é.”

Segundo Eugênio Bucci, professor de jornalismo na Universidade de São Paulo (USP) que presidiu a Radiobrás no primeiro governo Lula, o conselho curador era “meramente decorativo”, já que as decisões orçamentárias sempre foram tomadas pelo conselho de administração, formado por membros dos ministérios. “No Brasil, nunca tivemos nada próximo do que precisa ser a comunicação pública”, afirmou Bucci. “Aqui, todas as emissoras públicas, com algumas exceções, copiam as emissoras comerciais e têm uma orientação de defesa do governo. São governistas. Isso é a antítese da comunicação pública.” No governo Lula, nos programas de entrevista da TV Brasil, ganharam protagonismo — e verba — jornalistas abertamente simpáticos ao governo, como Luis





Nassif, e cientistas políticos militantes de esquerda, como Emir Sader.

Entre 2010, último ano de Lula, e 2011, primeiro ano de Dilma, o investimento da estatal chegou a R\$ 130 milhões por ano, o maior valor de sua história. O capital foi destinado à compra de equipamentos de produção e transmissão de rádio e TV — grande parte da herança das rádios e TVs regionais da Radiobrás e da Fundação Roquette Pinto estava sucateada. Mas a audiência da TV Brasil nunca decolou, o que lhe rendeu o apelido de “TV Traço” — o termo é usado para se referir ao intervalo entre 0,0 e 0,2 ponto no Ibope. Em janeiro de 2018, essa taxa equivalia a até 49.700 domicílios no Painel Nacional de Televisão (PNT). Na semana passada, a EBC alardeou que a audiência da TV Brasil cresceu 64% nos últimos dois anos. Em julho de 2016, a emissora marcava 0,19 ponto de audiência. Em julho último, registrou 0,31 ponto — acima, portanto, do intervalo considerado como traço de audiência. Passou, assim, para a posição de décima emissora mais vista do país — motivo de comemoração pela direção da empresa.

“Quando viram que não tinha colado chamar a TV Brasil de chapa-branca, começaram a pegar nisso da audiência. Primeiro veio o terror do chapa-branquismo, depois a cobrança por audiência”, afirmou Cruvinel, fazendo uma série de ressalvas à baixa penetração da emissora. “Audiência é importante, sim, até porque tem dinheiro público envolvido. Mas é o objetivo fundamental de uma TV comercial,

que vive de publicidade. O objetivo de uma TV pública é oferecer programação complementar, educativa, informativa e formadora da cidadania.” Em 2009, uma pesquisa do Datafolha indicou que só 34% dos brasileiros sabiam o que era a TV Brasil, mas que 80% de seus espectadores qualificavam a programação como boa ou ótima. Em 2010, a TV passou a transmitir a Série C do Brasileirão, o que ajudou a superar o “traço” em algumas ocasiões.

No governo Dilma Rousseff, em outubro de 2011, Cruvinel teve um atrito com o conselho curador por uma questão editorial. A TV Brasil e a Rádio Nacional de Brasília transmitiam missas e cerimônias cristãs, outra herança dos veículos incorporados pela EBC em 2007. Cruvinel acreditava que, por ser pública, a EBC não podia promover uma religião específica. O conselho discordava. O embate chegou à Justiça e ao Senado Federal, e Cruvinel disse que os curadores estavam promovendo uma desqualificação de sua gestão. A defesa dos religiosos acabou prevalecendo, e a missa aos domingos é transmitida até hoje pela TV Brasil.

Cruvinel negou que esse tenha sido o motivo de sua saída, que ocorreu em seguida, no fim de seu mandato de quatro anos. Em seu lugar, entrou Nelson Breve, antes secretário de Imprensa do governo Lula. Ele assumiu com o compromisso de que a TV Brasil deixaria de ser a “TV Traço” — o que foi cumprido com a programação esportiva e a cobertura

do Carnaval, por exemplo — e defendeu a programação religiosa na emissora. Em sua gestão, foi realizado um concurso para substituir cerca de 1.500 funcionários dos antigos veículos, que não eram concursados, regularizando a situação da estatal. A maioria dos funcionários que estão na empresa hoje foi contratada nessa leva.

“Avaliamos depois que esse concurso não foi feito da melhor forma”, disse Breve. “Estávamos trocando profissionais com muita experiência por profissionais com pouca experiência, e sem uma estrutura dentro da empresa para formar essas pessoas”, afirmou. Um dos problemas apontados é que, no concurso, os jornalistas não foram avaliados pelo currículo, por trabalhos já publicados nem por prova de redação. O jornalista Ricardo Melo, que depois seria presidente da empresa, disse que estranhou o perfil “concurseiro” dos profissionais quando entrou na EBC em 2015. “Não é para reclamar do corpo de funcionários, me dei bem com eles. Mas havia gente que não tinha afinidade com a área de comunicação, queria só ser concursado.” Depois do concurso, a estatal foi de um quadro de 1.476 funcionários para 2.412 em 2013. Era difícil gerir esse contingente, já que a EBC é formada por três canais de TV, nove rádios e uma agência de notícias, a Agência Brasil, cada uma com uma herança administrativa diferente.

A estrutura vagarosa de empresa estatal também prejudicava a cobertura jornalística, relatou Melo. Se acontecesse um desastre em uma







cidade afastada, era preciso abrir uma licitação para fazer a viagem, por exemplo. “Quando eu era diretor de jornalismo, tinha um chefe de gabinete, quatro assessores e uma secretária. Não fazia sentido essa rigidez ministerial em uma empresa de notícias”, disse. Cruvinel concordou com a crítica. “Se um diretor de um programa precisa de um vaso de flores, não tem como tirar o dinheiro de uma gaveta para comprar, precisa abrir licitação.” Ela disse que, se soubesse que o modelo de estatal era tão engessado, teria sugerido que a EBC tivesse outro arranjo, como o de organização social.

As despesas com pessoal saltaram de 35% dos gastos da empresa, em 2008, para 54% em 2014. Nos bastidores, a percepção era que a presidente Dilma dava menos importância que Lula à estatal. “Os repasses se mantiveram no mesmo nível, mas houve um crescimento vegetativo do funcionalismo que foi pressionando o orçamento de investimentos”,

explicou Breve. O investimento caiu pela metade de 2011 para 2012 e nunca retomou o nível inicial.

Para compensar o aumento de custos fixos, Breve participou de longa batalha para que a empresa pudesse usar os recursos da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, um tributo do setor de telecomunicações criado em 2008 para garantir independência financeira à EBC. As operadoras de telefonia entraram com uma ação em 2009 para não pagar a contribuição e passaram a depositar os valores devidos em juízo. Em 2013, o valor represado que poderia ser usado pela estatal chegava a R\$ 1,37 bilhão. Breve conseguiu acesso aos recursos da TIM, o que equivalia a R\$ 321 milhões, mas, ao mesmo tempo, a empresa perdeu receita do Tesouro prevista na Lei Orçamentária Anual para 2014 — com isso, a expectativa de aumentar a verba naufragou.

“Foi um cochilo da assessoria da empresa que estava acompanhando

isso no Congresso”, disse Breve. Ele chegou a pensar em renunciar, desgastado com a briga para liberar dinheiro para a empresa. “No mundo desenvolvido, a comunicação pública é entendida como uma coisa importante. A BBC funciona porque recebe verba.” A contribuição paga pelos cidadãos britânicos à BBC leva 3,7 bilhões de libras, cerca de R\$ 19 bilhões, ao caixa da empresa todo ano. Alguns, como Eugênio Bucci, relativizam esse problema orçamentário. “Não é tão pouco dinheiro assim (da EBC). O problema é a má gestão. Basta comparar com o faturamento da Band ou o do SBT.” Em 2017, foram de, respectivamente, R\$ 350 milhões e R\$ 800 milhões.

As acusações de que a empresa era aparelhada pelo governo petista não cessaram. Em 2012, a empresa de Mônica Monteiro, namorada de Franklin Martins, venceu um edital de R\$ 2,39 milhões para produzir a segunda temporada da série Nova África para a TV Brasil. Era o maior valor contratado pela estatal até então. Na primeira tentativa, o concurso teve de ser cancelado porque o envelope com a proposta da Cine Vídeo já tinha sido aberto antes da sessão de julgamento, o que levantou ainda mais a suspeita de irregularidades. A EBC afirmou, em sua defesa, que uma goteira pingou sobre o envelope da empresa da namorada de Martins, obrigando sua abertura antecipada. Martins, então já ex-ministro, negou que tivesse interferido em favor de Mônica Monteiro. Procurado, ele não quis dar entrevista à ÉPOCA.



Integrantes da EBC avaliaram que a então presidente Dilma Rousseff deu menos importância à estatal do que Lula, que nomeou a jornalista Tereza Cruvinel como sua primeira presidente - Gustavo Miranda / Agência O Globo





“A verdade às vezes é absurda. Mas, na sala onde ficavam os envelopes, em Brasília, o gesso do teto caiu por causa de uma infiltração e molhou tudo”, afirmou Breve. A licitação cancelada devido aos envelopes molhados aconteceu na gestão de Cruvinel, e a segunda, que aprovou o projeto da Cine Vídeo, na dele. “É absolutamente injusta essa acusação. A Cine Vídeo é uma das maiores produtoras do país e tinha legitimidade para disputar o que fosse dentro da empresa.”

Breve enfrentou, também, uma greve de 15 dias dos funcionários da estatal em novembro de 2013. Os empregados, que não tinham ganhado reajuste até então, fecharam um acordo para receber um aumento salarial de 0,5% acima da inflação no fim daquele ano e 0,75% em novembro de 2014. Ficou combinado também que ganhariam o dobro de auxílio-alimentação em junho e dezembro. Hoje, o tíquete é de R\$ 1.057, mais de R\$ 40 por dia de trabalho, e dobra, nesses dois meses, para R\$ 2.114 (cinco cestas básicas de alimentos, segundo o valor estipulado para o Distrito Federal).

A EBC sentiu os efeitos do sufocamento com seus gastos fixos durante a crise econômica, e o investimento caiu para R\$ 9,5 milhões anuais em 2015 e 2016. Em agosto de 2015, Breve deixou a presidência da EBC. Quis voltar ao Rio, onde estava sua família. “É natural que exista rejeição à EBC, porque ela não estava pronta. Eu lamento, mas acho que há esperança. Ainda haverá mudanças, e acho que um dia vai ser compreendida a

proposta de comunicação pública.”

Após uma curta gestão de Américo Martins, que trabalhava lado a lado com Edinho Silva, ministro-chefe da Secom de Dilma, veio a disputa ideológica mais acirrada de que a EBC já foi palco. Naquele período, entre fevereiro e maio de 2016, a empresa estava sem presidente, nas mãos de um colegiado. Enquanto tramitava o processo de impeachment contra Dilma Rousseff, Ricardo Melo, então diretor de jornalismo, dedicou boa parte da programação aos protestos favoráveis à permanência da presidente. “Toda a grande mídia foi a favor do impeachment, eu dava voz aos que eram contra”, afirmou a ÉPOCA. No início de maio, poucos dias antes do afastamento da petista, foi nomeado diretor-presidente da empresa. “Eu dei voz aos que não tinham voz. Está tendo manifestação de estudantes no Rio? Vamos pôr no ar. Acampamento dos sem-terra? Coloca no ar. Isso irritou profundamente os caras.”

Irritou tanto que, cinco dias após a presidente Dilma ser afastada, o presidente Michel Temer exonerou Ricardo Melo. Para o lugar dele, nomeou Laerte Rímoli, ex-assessor de imprensa de políticos como Eduardo Cunha e Aécio Neves. Na lei que criou a EBC, porém, havia a garantia de que o diretor-presidente poderia ficar no cargo por quatro anos. Melo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal pedindo uma liminar para voltar à chefia da empresa, medida concedida pelo ministro Dias Toffoli.

Contra a vontade do governo,

Melo retornou à chefia em junho de 2016 e conseguiu irritar até funcionários e sindicalistas com a postura abertamente pró-Dilma. “Nós lutamos pelo caráter público da empresa, e vimos que ele estava usando a estrutura da EBC para fazer uma defesa do antigo governo”, disse Edvaldo Cuaio, representante dos funcionários no conselho de administração da empresa desde 2015. “Fiz um levantamento da programação, na época, e tinha 11 horas a favor da Dilma e uma hora contra.”

Enquanto Ricardo Melo não desgarrava do cargo, Geddel Vieira Lima, então ministro da Secretaria de Governo, defendia que a EBC fosse fechada e dizia que a estatal viraria um “foco de militância”. “É um símbolo de um governo ineficiente, do aparelhamento da gestão, de autopromoção”, afirmou ao jornal O Globo em junho de 2016. Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, e Moreira Franco, então secretário executivo do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), debateram o possível fechamento da empresa. Alguns integrantes do governo, porém, como Márcio de Freitas, à frente da Secom, julgaram que a ideia não valia o desgaste no Congresso naquele momento.

Temer se voltou contra a gestão de Melo em setembro, com uma Medida Provisória que acabou com o mandato de quatro anos do presidente e com o conselho curador da EBC. Com a mudança, a liminar que mantinha Melo no cargo foi derrubada pelo Supremo, e Rímoli pôde voltar à chefia poucos dias depois. Em seguida foram





rescindidos os contratos da estatal com sete jornalistas alinhados à antiga gestão, cujos contratos somavam R\$ 2,8 milhões por ano — Sidney Rezende, Lúcia Scarano de Mendonça, Emir Sader, Luis Nassif, Paulo Markun, Tereza Cruvinel e Paulo Moreira Leite. Nassif ganhava R\$ 760 mil por ano, e Markun R\$ 585 mil.

Uma das primeiras medidas de Rímoli foi nomear Christiane Samarco, ex-jornalista de O Estado de S. Paulo e assessora do MDB, como diretora-geral — seu salário, de R\$ 27 mil, está hoje entre os mais altos da estatal. Quando a Medida Provisória que alterou a lei da EBC foi aprovada pelo Senado, em março de 2017, foi incluída a criação de um Comitê Editorial e de Programação com 11 integrantes de diversos setores da sociedade, espécie de substituto do conselho curador, mas Temer vetou trechos da lei que permitiam ao comitê decidir sobre a linha editorial da estatal. O Comitê Editorial não foi criado até hoje.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, Laerte Rímoli assumiu o comando da EBC. Uma de suas primeiras medidas foi rescindir os contratos de sete jornalistas alinhados à antiga gestão, cujos contratos somavam R\$ 2,8 milhões por ano. Depois, aumentou em 30% os salários dos dirigentes da emissora - Ailton de Freitas / Agência O Globo

Em 2017, com um controle de gastos mais rígido, o investimento na estatal foi o mais baixo de sua história, totalizando R\$ 7,7 milhões. Rímoli implementou o ponto eletrônico, economizando R\$ 1,2 milhão por ano com horas extras,

segundo a direção, e cortou oito contratos de produção de conteúdo para a TV Brasil, que representavam R\$ 3,96 milhões anuais. Na intenção de enxugar o quadro de funcionários, foi lançado um Programa de Demissão Voluntária, em vigor de outubro de 2017 até março deste ano. A empresa apontou que 554 empregados eram elegíveis, mas só 96 aderiram ao plano, gerando uma economia de R\$ 23 milhões anuais na folha de pagamentos. O controle com as finanças não foi tão rigoroso nos salários dos dirigentes, que tiveram um aumento de mais de 30%, aprovado pelo conselho de administração em março de 2017. No mesmo período, Rímoli também contratou a jornalista Roseann Kennedy para apresentar um telejornal, por um salário de R\$ 21.400.

“Até somos a favor do enxugamento (de pessoal), mas tem de se debater onde seriam feitos os cortes, como nos cargos

comissionados”, disse Edvaldo Cuaio. “É para acabar com programas de televisão, que é a estrutura-fim, ou para diminuir a estrutura-meio?” Hoje, pouco mais de 50% dos funcionários da EBC fazem parte dessa “estrutura-meio”, ou seja, não são jornalistas nem produzem conteúdo, ou pelo menos não foram contratados formalmente para isso. “Há muito desvio de função na empresa”, disse Gésio Passos, jornalista da EBC e coordenador-geral do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. “O iluminador faz câmera, o câmera faz iluminação, e isso vai gerando esse passivo trabalhista muito grande. A geração que entrou no concurso de 2012 sabe de seus direitos e briga por eles na Justiça.” O passivo trabalhista da EBC chegou a R\$ 7,7 milhões no fim do ano passado, o que inclui pessoal a pagar e encargos sociais. Com os processos trabalhistas em andamento, o valor pode chegar a R\$ 100 milhões, segundo a Secom. Há, hoje, 77 funcionários com uma remuneração



Estúdio da TV NBR e da Voz do Brasil, canais institucionais do governo federal - Givaldo Barbosa / Agência O Globo







bruta de mais de R\$ 20 mil e 739 que ganham menos de R\$ 5 mil. A média de salário da empresa é R\$ 8.300, e a dos jornalistas R\$ 10.200.

Com pouco dinheiro para custeio e manutenção nos últimos anos, funcionários se queixam do sucateamento da infraestrutura das sedes no Rio de Janeiro e em São Luís, Maranhão. Os prédios, da extinta TVE, já eram antigos quando a EBC foi criada. Em 2014, uma inspeção na sede do Maranhão encontrou partes do piso, teto e paredes caindo aos pedaços, além de infiltrações, infestação de fungos, madeira corroída por cupins e instalações elétricas expostas. Apontou-se que o risco de contaminações, incêndios e desabamentos era alto. O prédio chegou a funcionar recentemente com um “gato” de água, sem encanamento regular. A direção afirmou que os problemas foram corrigidos, mas funcionários relataram que a situação do edifício ainda é precária.

No prédio da TV Brasil na Avenida Gomes Freire, no centro do Rio, o teto de uma sala desabou em fevereiro deste ano devido a uma infiltração que ainda não foi contida. O ar-condicionado funciona parcialmente e, por isso, só uma das salas de edição está operante — em um dia em que o resfriamento dessa sala também falhou, em junho, o programa Repórter Brasil, o principal jornal da TV Brasil, até deixou de ir ao ar. Em nota, a EBC afirma que o sistema de ar-condicionado tem mais de 40 anos, “o que torna difícil identificar no mercado empresas que se interessem

pelo serviço de manutenção, em decorrência da falta de peças de reposição”.

A Rádio Nacional da Amazônia, um dos braços mais importantes de inclusão social promovidos pela empresa, ficou mais de sete meses fora do ar em 2017 devido à demora para consertar uma estação de energia atingida por um raio. Algumas comunidades ribeirinhas têm, na rádio, sua única fonte de informação e comunicação com familiares, e ouvintes escreveram cartas se queixando do blecaute na emissora. O transmissor principal ainda está queimado, e a empresa iniciou um processo de licitação para substituí-lo. Enquanto isso, a rádio funciona com um gerador realocado de forma emergencial, que permite transmitir só 12 horas por dia.

Em novembro de 2017, os servidores fizeram greve reivindicando reajuste salarial — que eles não têm desde 2016 — e a saída de Rímoli. No acordo para acabar com a paralisação, os trabalhadores preferiram manter os dois tíquetes-refeição extras que recebem por ano a ter um reajuste de salário pela inflação, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST). De lá para cá, o clima na empresa vai de mal a pior. Os funcionários alegam que o governo Temer passou a interferir muito no direcionamento das reportagens, gerando um ambiente de desmotivação e enfrentamento político. Quando a vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) foi assassinada, em março, um gerente da Agência Brasil pediu para diminuir a cobertura da repercussão de sua morte, já que o PSOL estaria

“tirando proveito”, o que irritou os jornalistas. “Já havia interferência antes, mas agora não é nem disfarçada. Se sai uma pesquisa do IBGE desfavorável ao governo, o título da notícia vira um detalhe da pesquisa que não é tão ruim assim”, disse uma funcionária da TV Brasil que não quis se identificar.

Em uma reunião em abril deste ano, Rímoli sugeriu oficializar em um documento que houvesse uma “adaptação processual e de plataforma para que a Agência Brasil passe a comunicar apenas notícias de Estado”. Após a intervenção de Cuaio, a redação foi alterada para “que a Agência Brasil aprimore a comunicação das notícias de Estado e da sociedade”, mas o episódio ouriçou ainda mais os funcionários contra a direção.

Rímoli deixou a empresa no início de maio e se mudou para os Estados Unidos. Procurado, não quis dar entrevista. Foi sucedido por Alexandre Parola, diplomata de carreira e ex-porta-voz de Michel Temer, para um “mandato-tampão”, já que, em janeiro, Parola começará a trabalhar em Genebra, na Suíça, como representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Conhecido por seu comedimento ao dar declarações, tem um perfil conciliador. Ao contrário de Rímoli, que chamava a EBC de “mastodonte”, é cauteloso ao falar de corte de custos. “A gestão do presidente Temer não quer acabar com a EBC, e sim tem a intenção de fazer uma empresa pública trabalhar com eficiência e com respeito ao dinheiro que a financia, que é o do imposto do contribuinte”, disse a





ÉPOCA.

Na última segunda-feira, Parola nomeou como assessora Luisa Farani de Azevêdo, filha do embaixador Roberto Azevêdo, diretor-geral da OMC. É o órgão no qual Parola vai representar o Brasil no início do ano que vem. Publicitária, Farani já trabalhou como estilista e fez vestidos para Letícia Sabatella, Anitta e Marcela Temer. Seu posto será na área de parcerias internacionais da empresa. Procurado, Parola disse que Farani tem qualificação para o cargo, fala quatro línguas, mandou currículo e foi entrevistada. “Porque ela é filha do Roberto Azevêdo não vai poder trabalhar em canto nenhum agora?”, questionou. O salário será de cerca de R\$ 15 mil. Farani não respondeu ao contato da reportagem.

Em 13 de julho, o diplomata acabou com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Comunicação (GDAC), instituída em 2016. Segundo o Sindicato dos Jornalistas, a gratificação era usada como uma forma de pressão da chefia sobre os funcionários, já que podia ser retirada a qualquer momento. A recomendação do Ministério Público do Trabalho afirmava que a gratificação feria “os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência” da administração pública, por ser “concedida sem critérios objetivos e dando margem a favorecimentos e retaliações”. Em nota, a empresa disse que a extinção do benefício prejudica “sobretudo os empregados merecedores da gratificação e que se encontram nas faixas salariais mais baixas da



O diplomata Alexandre Parola (à direita) assumiu em maio um mandato-tampão no comando da EBC - Alan Santos / Agência O Globo

empresa”.

Segundo Edvaldo Cuaio, Parola tem se mostrado mais sensível aos problemas da empresa do que Rímoli. Parola disse ter ficado surpreso quando, no fim de junho, a Folha de S.Paulo divulgou que funcionários da empresa apresentaram 310 atestados médicos em apenas uma semana. Foi aberta uma licitação para contratar uma perícia médica e apurar o que causou a explosão de incidentes médicos. “Estamos apurando. Antes do resultado da perícia, qualquer comentário seria ou leviano ou injusto”, afirmou Parola.

O Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal, no início de agosto, entrou com uma ação civil pública acusando a direção da EBC de assédio moral e desrespeito aos direitos humanos pela forma com que trata os trabalhadores. “Existem práticas muito agressivas na

empresa”, disse a procuradora Renata Coelho, responsável pelo inquérito. “Inclusive perseguição ideológica, de tentar interferir no conteúdo do que é escrito. Ou dizer ‘não, não relate tal coisa’. Em profissões de trabalho eminentemente intelectual, como jornalista, redator, radialista, essas são, na verdade, medidas muito agressivas.” No dia 13, a Justiça determinou que o assédio moral parasse, sob pena de até R\$ 50 mil para cada irregularidade denunciada na empresa daqui em diante.

A Comissão de Empregados da EBC atribuiu o surto de atestados ao “crescimento dos casos de assédio moral, perseguições, excesso de trabalho motivado por falta de pessoal, censura e insegurança quanto ao futuro da EBC”. “O número de afastamentos por doença mental aumentou por causa da pressão que os jornalistas vêm sofrendo dentro da própria







empresa”, disse Gésio Passos, do Sindicato dos Jornalistas do DF. Em 2017, foram 4.586 atestados, aumento de 57% sobre os 2.905 de 2016. No primeiro semestre deste ano, com 2.859 atestados de janeiro a junho, o aumento em relação à média de 2017 foi de 20%.

“Temos relatos de que muitos dos funcionários que apresentaram atestados postaram fotos em redes sociais em comemorações, aniversários, casamentos. É uma coisa que está errada”, disse Márcio de Freitas, da Secom. Para ele, a cobertura da Presidência de Temer foi feita de forma crítica pela EBC. “Não há direcionamento político. Antes, na gestão anterior, é que tinha.”

Segundo Freitas, o “enxugamento da EBC é pacífico”. Ele diz não ser favorável a sua extinção, como especulam funcionários, e sim a sua adaptação, para que possa dar lucro. “Como

foi criada, a empresa não pode receber recursos publicitários de nenhuma forma, inviabilizando patrocínios, parcerias. A empresa pode ter uma função, mas teríamos de mudar a lei para que ela tivesse um sentido mais mercadológico”, disse.

O Ministério do Planejamento publicou, em julho, uma portaria que permite o remanejamento compulsório de funcionários na administração federal e elimina o poder de veto dos órgãos de origem — como a EBC —, o que facilitaria esse “enxugamento”. Em reunião no Planalto, no início de agosto, a Secom defendeu mais um Programa de Demissão Voluntária, um novo plano de carreira e a construção de uma sede própria, já que a estatal paga mais de R\$ 1 milhão por mês de aluguel em Brasília. Um integrante do Planejamento fez menção à proposta de extinção da estatal, mas foi prontamente censurado.

## A farra bilionária dos barnabés

*Relatório da CGU mostra que, entre 2010 e 2017, R\$ 1,3 bilhão foi pago indevidamente a servidores públicos. Após auditorias, foram encontradas 330 mil inconsistências em folhas de pagamento*



MAU EXEMPLO A UFRJ liderou o descontrole nas contas e as ilegalidades (Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Wilson Lima

17/08/18 - 09h00

1.2K

Considerado um dos maiores estudiosos sobre administração pública de todos os tempos, o ex-presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson destacava ainda nos idos do século XIX que instituições governamentais, aquelas arcadas com o dinheiro do contribuinte, deveriam ser geridas da mesma forma que no sistema privado: com regras específicas, hierarquias e metas e afins. E que, principalmente, o dinheiro público não fosse administrado como se, por ser de todo mundo, não tivesse dono específico, sujeito, então, a todo tipo de desvio. Bem longe do pensamento do ex-presidente americano, no Brasil o dinheiro público perde-se em benefícios inexplicáveis e indevidos, indo parar nos bolsos de servidores públicos – os eternos barnabés da marchinha de Haroldo Barbosa – em expedientes e irregularidades que, de fato, seriam impensáveis

na iniciativa privada, pelo imenso desperdício.

Relatório inédito da Controladoria Geral da União (CGU) ao qual a ISTOÉ teve acesso com exclusividade revela que entre os anos de 2010 e 2017 nada menos que R\$ 1,3 bilhão foi pago de forma indevida a funcionários públicos. Foram benefícios ilegais que a CGU, a partir de auditorias, conseguiu recuperar. A conta, na prática, pode ser ainda maior, em razão de alguns organismos que a controladoria não alcança. Há um pouco de tudo nas irregularidades descobertas. Servidores que não tiveram o ponto cortado, apesar de terem faltado ao trabalho, filhas solteiras de ex-funcionários que recebiam pensões mesmo sendo servidoras públicas também, pessoas que recebiam benefícios por gratificações por titularidade mesmo sem ter diplomas que justificassem a benesse, funcionários públicos com carga horária flexibilizada, trabalhando menos do que o mínimo determinado pelo regime do serviço público e até pagamento de horas extras indevidas. Em sete anos, os técnicos da CGU apuraram 72 trilhas de auditorias, ou seja, mais de sete dezenas de diferentes modalidades de desvios. “O resultado das trilhas também é repassado ao Ministério do Planejamento para providências

corretivas”, descreve o relatório.

Os números impressionam. Entre os anos de 2010 e 2014, por exemplo, a CGU apontou 330 mil tipos de inconsistências em folhas de pagamento após auditorias nas folhas de pessoal em todos os órgãos da administração pública federal. Neste período, por exemplo, chamou a atenção o verdadeiro descontrole das contas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Somente no ano de 2012, foram diagnosticados aproximadamente 19,3 mil inconsistências nas folhas de pagamento da instituição. Também chamaram atenção as incongruências nas folhas do Ministério da Saúde e do Trabalho. Na amostra de 2012, foram detectadas 10,7 mil irregularidades nas folhas de pagamento do Ministério da Saúde e outras 10,3 mil no Trabalho.

Os casos mais escabrosos

Triste é verificar que foi nas instituições de ensino superior, onde se deveria estar pensando soluções para o futuro do país, que os técnicos da CGU encontraram os casos mais escabrosos. De acordo com o órgão, em 50% das Auditorias Anuais de Contas realizadas nas Instituições de Ensino Federais em 2016 e 2017, foram constatados indícios de





## AAUDITORIA

Abaixo, trechos do relatório da CGU que identificou as irregularidades:

O trabalho de trilhas de auditoria de pessoal colaborou para impedir pagamentos indevidos na ordem de R\$ 1,3 bilhões desde 2010, possibilitando a correção dos pagamentos irregulares pelas Unidades Jurisdicionadas. O resultado das trilhas também é repassado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), para providências corretivas e inclusão de várias dessas trilhas no SIAPE, o ocasionando a redução, no Sistema de Trilhas de Auditoria da CGU, da quantidade de trilhas de 62, em junho de 2014, para 14 atualmente.

acumulação ilegal de cargos docentes. Há diversos casos de professores que, mesmo tendo contrato de dedicação exclusiva com uma instituição, ministravam aulas também em outras. Nada menos do que 373 professores com dedicação exclusiva foram flagrados prestando serviços para faculdades distintas.

As auditorias mostram ainda falta de método na concessão dos benefícios. Na mesma Universidade Federal do Acre, um professor demorou três anos para conseguir obter a gratificação merecida depois de concluir seu mestrado. Já um outro obteve o mestrado em 2014 e em 2015 já estava recebendo a gratificação. Mais do que isso, por alguma razão, ele recebeu o benefício de forma retroativa, desde 2006. Esse

tipo de inconsistência, para a CGU, gerou um prejuízo de aproximadamente R\$ 180 mil.

Indevidos adicionais de insalubridade e flexibilização irregular da carga horária foram outros problemas comuns. “Há reduções da jornada de trabalho concedidas a servidores que trabalham em setores nos quais o atendimento ao público e o trabalho noturno não são características preponderantes dos serviços desempenhados. Verificou-se, ainda, a ausência dos quadros com a escala nominal dos servidores que trabalham no regime flexibilizado”, destaca o relatório. Em linhas gerais, o relatório da CGU assim pode ser resumido: quando se trata o dinheiro público com frouxidão e desleixo, como se não tivesse dono, alguém mais esperto sempre se apropria dele.

### DE VOLTA PARA O TESOURO

- As auditorias abrangeram todo o serviço público federal, a exceção da Presidência da República, Forças Armadas (Ministério da Defesa) e do serviço diplomático e consular brasileiro (Ministério das Relações Exteriores), que têm sistemas próprios de controle

- Somente 2012, foram identificados 102,2 mil casos de pagamentos irregulares de benefícios a servidores públicos federais

- Servidores que faltaram e receberam assim mesmo, funcionários com mais de 70 constando ainda como ativos e benefícios em duplicidade constituíram as irregularidades mais comuns

- O maior nível de inconsistências verificadas em 2012 foi a Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ): 19,3 mil



## **EREMILDO, O IDIOTA**

Eremildo é um idiota e acha que os eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal não conseguirão embolsar o aumento de salário que se outorgaram. O cretino soube que em julho foi votada uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que proíbe reajustes de servidores.

Um amigo que conhece o escurinho de Brasília disse-lhe que o governo poderá mandar um projeto de lei ao Congresso criando a gambiarra que permitirá a despesa. O idiota não acredita, mas vai ao Planalto para pedir que nesse projeto seja incluída a sua nomeação para o cargo de Idiota-Geral da República, com função vitalícia e hereditária.

## Se aprovado, reajuste do STF irá intensificar desigualdade

*Já perto do 1% mais rico, Judiciário ficaria mais distante da base da pirâmide*

Mariana Carneiro

Brasília- Se prosperar, o reajuste de 16,38% ajuízes e procuradores deverá aumentar o abismo entre ricos e pobres no Brasil.

Especialistas em distribuição de renda ressaltam que esses funcionários públicos fazem parte do grupo mais abastado do país, com renda mensal próxima ao 1% mais rico.

Segundo dados do Imposto de Renda de 2016, os mais atuais disponíveis, o rendimento total de procuradores e promotores do Ministério Público, membros do Poder Judiciário e de integrantes de tribunais de contas é próximo a R\$ 52 mil mensais.

A média de renda do 1% é R\$ 59 mil mensais, segundo contas do economista Marcelo Neri,

coordenador do FGV Social, que combina informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do IR.

O valor inclui, além dos vencimentos, limitados ao atual teto de R\$ 33.763 — que os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) pretendem corrigir para R\$ 39 mil—, benefícios como auxílio-moradia e verbas indenizatórias.

Isso os coloca entre as três ocupações mais bem remuneradas do país, à frente da média recebida por médicos, artistas, atletas e operadores do mercado financeiro.

Elevar a renda desse estrato é alargar o fosso entre ricos e pobres, mais sujeitos às dificuldades com a economia crescendo pouco.

"Aumentar a renda dos pobres reduz a desigualdade, e aumentar a renda dos ricos faz crescer a desigualdade", afirma Rodolfo Hoffmann, professor da Esalq/USP especialista em estudos de

distribuição de renda.

Projetar a abertura da brecha é tarefa complexa, pois demandaria simular o que aconteceria em todos os estratos de renda.

A pedido da Folha, o economista foi ao passado para tentar demonstrar os efeitos de um reajuste dessa magnitude para juizes e procuradores na distribuição de riquezas em toda a pirâmide de renda do país.

Simulação feita com os dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2015 mostra que um aumento de 16,38% na remuneração de juizes, desembargadores, promotores e defensores públicos faria com que o índice de Gini (uma medida de desigualdade) daquele ano subisse de 0,485 para 0,487.

Na escala, quanto mais perto de 1, mais desigual é o país.

"O aumento é pequeno, pois se





trata de uma categoria que corresponde a menos de 0,03% do total de quase 90 milhões de pessoas ocupadas, mas não foi considerado o efeito cascata", diz.

Ele se refere aos aumentos que se sucederão com o reajuste do teto do setor público. O vencimento dos ministros do STF limita as remunerações no funcionalismo e evita que servidores acumulem, por exemplo, salários e aposentadorias em valores acima dos atuais R\$ 33.763. Se o teto subir, as remunerações também subirão.

O efeito sobre o Gini, no entanto, não é tão irrelevante quando se comparam os movimentos anuais do índice.

Entre 2014 e 2015, o Gini da população ocupada (olhando apenas a renda dos trabalhadores) caiu de 0,491 para 0,485.

Hoffmann usou os dados da Pnad de 2015 porque têm números estatisticamente mais robustos das categorias contempladas pelo

reajuste.

Para o economista Carlos Góes, autor de estudos sobre desigualdade, o reajuste aos juizes no atual contexto econômico joga contra a agenda da redução da desigualdade.

Ele afirma que a brecha entre os trabalhadores ricos e pobres diminuiu nos anos 2000 graças a fatores como o aumento da formalização do mercado de trabalho e da expansão de programas focados nos mais pobres, como o Bolsa Família.

"No momento atual não temos essas forças compensando a pressão de aumento da desigualdade provocado pelo aumento [dos rendimentos] do funcionalismo", afirma.

Neri afirma que o setor público deveria dar o exemplo no comprometimento com o ajuste fiscal, assumindo parte dos custos da limitação de gastos provocada pelo déficit bilionário nas contas públicas, de R\$ 103 bilhões nos 12 meses encerrados em junho.

Alegando falta de espaço orçamentário, o governo reajustou o Bolsa Família neste ano em 5,67%. No ano passado, a correção foi de 12,5%, após um ano (2015) sem aumentos nos benefícios.

Já os ministros do Supremo tiveram o último reajuste em 2015, de 14,6%, e agora pleiteiam aumento de 16,38%.

"O ajuste fiscal é necessário e tem de ser generalizado", afirma Neri. "O Judiciário tem sido um símbolo para o país, é importante sinalizar que a restrição é para todos."

Para valer, o reajuste dos juizes tem de ser aprovado pelo Congresso, mas o Ministério do Planejamento já adiantou que, para contemplá-lo nos salários do funcionalismo em 2019, será necessário fazer uma nova LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Isso demandaria um novo projeto de lei e uma nova votação no Legislativo.



## Falta de recursos federais ameaça próximo censo demográfico do IBGE

Orçamento apertado. Para iniciar os preparativos da pesquisa em 2019, o instituto precisaria de R\$ 1 bi, mas deve receber entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões; custo total do levantamento, que coleta dados na casa de todos os brasileiros, é de R\$ 3,4 bilhões

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Daniela Amorim / RIO

Uma das principais pesquisas estatísticas do País, o Censo Demográfico 2020 pode ficar mais enxuto para não ser inviabilizado. O custo total do levantamento foi calculado em R\$ 3,4 bilhões pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas o governo não tem como bancar esse valor. “Está fora de cogitação”, disse uma fonte da equipe econômica. Para seguir com os preparativos do censo, que vai coletar dados na casa de todos os brasileiros, o IBGE precisaria de R\$ 1 bilhão já em 2019.

Mas só deve receber entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões no ano que vem, apurou o Estadão/Broadcast. A dificuldade para garantir a verba de 2019 torna ainda

mais remota a possibilidade de obter os R\$ 2,4 bilhões restantes em 2020. A avaliação da equipe econômica é que o IBGE vai ter de “racionalizar” o levantamento, o que pode se traduzir em um número menor de entrevistadores e questionários mais enxutos. O instituto já havia indicado em outras ocasiões que é difícil levar a pesquisa a campo com o orçamento reduzido.

O Orçamento de 2018 já destinava uma verba de R\$ 7,5 milhões para dar partida na organização do censo. As reuniões do grupo de trabalho vêm sendo feitas normalmente, e os servidores ainda não teriam sido informados sobre a necessidade de remodelação da metodologia, segundo uma fonte do instituto. Para o ano que vem, a dificuldade tem sido maior porque o IBGE precisa de mais dinheiro no momento em que o Orçamento do governo estará ainda mais apertado.

A equipe econômica terá cerca de R\$ 90 bilhões para bancar todas as despesas de funcionamento dos órgãos e os investimentos. Neste ano, esse montante deve ficar em R\$ 125 bilhões e já há risco de apagão da máquina pública. Na avaliação da

equipe econômica, fazer uma pesquisa mais enxuta seria a alternativa para evitar que o censo seja inviabilizado.

A estratégia já foi usada no Censo Agropecuário 2017, que precisou ser adaptado para que fosse possível levar a pesquisa a campo com menos recursos. Quando anunciou o início dos trabalhos do censo demográfico, em junho, o presidente do IBGE, Roberto Olinto, refutou a possibilidade de a pesquisa ser reduzida caso a verba necessária não fosse aprovada. “No censo agropecuário eram 26 mil pessoas (na coleta de dados).

O Demográfico tem 300 mil (funcionários temporários na coleta). Então não tem muito como enxugar”, declarou Olinto na ocasião. “O censo demográfico tem um período de coleta menor, porque tem uma data de referência muito forte. É preciso coletar muita informação num período muito curto. A flexibilidade orçamentária é muito menor.” O IBGE diz não ter um posicionamento oficial do governo sobre o tema e que só se manifestará quando isso ocorrer.